

Publicação da Secretaria de Política Agrícola
do Ministério da Agricultura e Pecuária,
editada pela Embrapa

e-ISSN 2317-224X
ISSN 1413-4969
Página da revista: www.embrapa.br/rpa

Ponto de Vista

O que esperar do agro no Brasil pós enchentes do Sul?¹

O Brasil colheu, no ano passado, a sua maior safra de grãos, cerca de 320 milhões de toneladas. No corrente ano, conforme a Conab (Acompanhamento..., 2024), na safra 2023/2024, por encerrar, a expectativa é de queda de 6,4%, algo em torno de 298 milhões de toneladas. Nesse momento, os “ungidos de nossas universidades” creditam grande parte dessa flutuação aos problemas de mudanças climáticas. Em que pesem as dificuldades enfrentadas por diversas regiões do País com relação à seca ou os problemas do excesso de chuva no Rio Grande do Sul, o que os números nos mostram?

As lavouras de soja e milho representam praticamente 90% da produção nacional de grãos. Com exceção basicamente desses dois cultivos, as produções dos outros grãos experimentaram crescimento no comparativo das duas últimas safras. O algodão, com 14,6%, colocou o Brasil como maior exportador da commodity no mercado internacional. Arroz, feijão e trigo, produtos essenciais na alimentação do brasileiro, cresceram 5,5%, 7,6% e 10,6%, respectivamente.

Quanto aos cultivos de soja e milho, a escassez hídrica nas principais regiões produtoras prejudicou a produtividade, principalmente no Centro-Oeste, no Sudeste e no Paraná. Ao contrário de todas as expectativas, a produção de grãos no Rio Grande do Sul poderá ter recuperação de 34,5%, para atingir 37,1 milhões de toneladas, marca próxima do recorde histórico, em 2020/2021 (Acompanhamento..., 2024). No último levantamento de safra, o Rio Grande do Sul estava entre os três maiores produtores, ao lado de Mato Grosso (91,6 milhões de toneladas) e do Paraná (38,7 milhões). O estado participa com 13% da área plantada, bem como com 12,4% da produção no total nacional.

Muito se noticiou sobre a oferta de arroz no mercado doméstico, uma vez que o Rio Grande do Sul participava com praticamente 70% da produção nacional. De acordo com da-

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho ✉
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Autor correspondente jose.vieira@ipea.gov.br

Recebido
22/7/2024

Aceito
30/7/2024

Como citar
VIEIRA FILHO, J.E.R. O que esperar do agro no Brasil pós enchentes do Sul? *Revista de Política Agrícola*, v.33, e01989, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2024.v33.01989>.

¹ Original publicado na Gazeta do Povo.

dos da Conab (Acompanhamento..., 2024), embora as enchentes tenham registrado máximas históricas na região, as previsões da produção gaúcha de arroz, na corrente safra, apontam para um leve crescimento, de 3,3%, com volume de 7,2 milhões de toneladas. A produção nacional de arroz também sinaliza um aumento de 5,5%, ou 10,6 milhões de toneladas, principalmente com variedades adaptadas aos cerrados.

As enchentes, portanto, afetaram muito pouco, no curto prazo, o volume produzido. No entanto, a perda de bens de capital, com a destruição de máquinas agrícolas e silos de armazenagem, no médio e longo prazos, pode impactar negativamente a produção futura. Além disso, devemos lembrar que a infraestrutura de escoamento foi profundamente danificada e requer reparos urgentes. No caso do arroz, quando o excesso de chuva ocorreu, 93% das áreas já estavam colhidas, especificamente no período anterior a abril de 2024. Além disso, no comércio internacional, nos últimos anos, o País sempre se mostrou um exportador líquido, não sendo um desafio a oferta interna do produto.

Este diagnóstico produtivo por si só seria suficiente para evitar qualquer tipo de intervenção do governo na economia. A questão não é barrar as importações, mas subsidiá-las, o que traria distorções aos preços, prejudicando os produtores nacionais em favor dos concorrentes estrangeiros. Em recente estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), *Agronegócio e protecionismo: um comparativo internacional*, mostrou-se que menos intervenção representa maior desenvolvimento e crescimento setorial (Ferreira & Vieira Filho, 2024).

De um lado, quanto menores as barreiras tarifárias e não tarifárias nas nossas importações, menor será o preço dos alimentos no mercado doméstico, o que beneficia o consumidor final. De outro, quanto maior for a competição externa, maior será a eficiência do produtor nacional. A indústria foi protegida com barreiras comerciais por várias décadas, e o resultado foi a criação de um setor ineficiente, com baixa competitividade e preços elevados no mercado interno. Não podemos cometer erros do passado com o setor agropecuário. A decisão de importar arroz subsidiado foi completamente equivocada e, felizmente, o processo foi interrompido.

Quanto às perdas no País como um todo, pela seca ou pelas enchentes, é imperativo que o governo adote políticas eficazes para atender aos agricultores mais afetados. Embora haja sinalização com aumento dos recursos para equalizar as taxas de

juros no Plano Safra 2024/2025 (Brasil, 2024), que ficou em R\$ 16,3 bilhões, a maior variação percentual se mostrou no lado da agricultura familiar (22,4%) e a menor, no lado empresarial (15,7%). Porém, em se tratando de uma inflação média anual de 4%, esse crescimento foi em termos reais. Em relação ao Plano Safra 2023/2024 (Brasil, 2023), os recursos voltados para financiar o investimento cresceram 16,5%, o equivalente a R\$ 107 bilhões, basicamente para atender ao médio e ao grande produtor rural.

Sendo o agronegócio um importante setor da economia brasileira, é urgente que haja uma política de Estado para minimizar o impacto das crises, sejam elas localizadas, sejam globais. É preciso um olhar otimista diante das dificuldades do povo gaúcho. Temos que criar respostas rápidas para atender aos problemas, bem como planejar o futuro para evitar perdas maiores.

Sempre há demanda por mais recursos para as diferentes políticas públicas. Contudo, a qualidade dos gastos é mais importante do que a ampliação do orçamento. Os recursos são escassos. Devemos avaliar as políticas de crédito, seguro e extensão rural, entre outras. Sem dados e bases estatísticas que possam cruzar valores dos desembolsos financeiros com as informações produtivas dos indivíduos, não conseguiremos realizar avaliação de impacto econômico.

O resultado é um só: sai ano, entra ano, estaremos sempre na demanda por mais recursos para o Plano Safra. Na realidade, precisamos ter mais eficiência nos nossos gastos. Política cujo objetivo não for alcançado deve ser descontinuada. Para a solução dos problemas, novos instrumentos podem ser propostos, mas sempre com avaliação econômica. Caso contrário, o discurso será retórico e populista.

Referências

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA [DE] GRÃOS: safra 2023/24: décimo levantamento, v.11, n.10, jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 23/24**: o maior da história. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 24/25**: plantar com responsabilidade, colher oportunidades. Brasília, 2024. Apresentação do Plano. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2024-2025>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

FERREIRA, Z.R.; VIEIRA FILHO, J.E.R. **Agronegócio e protecionismo: um comparativo internacional**. Brasília: Ipea, 2024. (IPEA. Texto para discussão, 3018).